

PSICOLOGIA JURÍDICA: PERSPECTIVAS E DESAFIOS



NOBRE, Rodrigo Dias¹; PESSOA, Haryen Leal¹; VAZ, João Inácio Freitas¹; COELHO, Marlon Adriel Montenegro¹.

*inaciovaz03@gmail.com

GRIEBELER, Adriane²; ROSA, Andréia Quadros²; GOMES, Melina Britto²;

¹Discentes do Curso de....., Nível 1 2018/1- Faculdade IDEAU – Bagé/RS.

² Docentes do Curso de, Nível 1 2018/1 - Faculdade IDEAU – Bagé/RS.



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Psicologia Jurídica no Brasil é frequentemente limitada à aplicação de testes e perícias, assumindo um papel complementar ao Direito. Essa prática reflete uma visão determinista da subjetividade, atribuindo ao indivíduo traços “naturais” e “imutáveis”. Tal abordagem compromete a autonomia da Psicologia e pode transformá-la em ferramenta de controle social. O estudo analisa a atuação dos psicólogos jurídicos frente às normas legais, destacando a distância entre a prática profissional e os contextos social e clínico. Defende-se a necessidade de uma formação crítica, que una Psicologia Social e Direito, promovendo uma atuação ética e comprometida com a defesa dos sujeitos.

METODOLOGIA

Este estudo utilizou abordagem qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas com duas psicólogas da área jurídica, identificadas como A e B. As entrevistas, compostas por dez perguntas, abordaram temas como a escolha da área, dificuldades, práticas e realizações profissionais. A coleta foi realizada via WhatsApp e e-mail, devido à indisponibilidade para encontros presenciais. As respostas foram comparadas e analisadas com base no referencial teórico, visando compreender a atuação na Psicologia Jurídica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao serem questionadas sobre a escolha pela Psicologia, as entrevistadas revelaram trajetórias diferentes, mas um mesmo propósito: compreender e transformar realidades. A psicóloga A começou na área da educação como professora e orientadora. Sentia que faltava algo em sua atuação, até que se interessou pela Psicologia ao observar o trabalho com crianças em alfabetização. Já a psicóloga B escolheu o curso sem ter muito conhecimento da profissão, ainda em fase inicial da vida adulta, buscando se encontrar.

Apesar das diferenças de idade e experiências, ambas compartilham o desejo de ajudar o outro por meio da escuta e da compreensão. A psicóloga A já tinha uma base consolidada na educação, enquanto a B estava iniciando sua jornada profissional.

Sobre os desafios, a psicóloga A destaca falhas na comunicação nos contextos de trabalho, enquanto a B ressalta a vulnerabilidade das famílias e as situações delicadas envolvendo menores. Essas dificuldades mostram a complexidade da atuação na Psicologia Jurídica.

O psicólogo, nesse cenário, vai além da técnica: atua como mediador, exige sensibilidade e profundo entendimento dos aspectos humanos. Por isso, sua presença é essencial para promover o diálogo e a construção de soluções mais humanas no sistema jurídico e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revelou que a Psicologia Jurídica no Brasil está presente em áreas como o sistema prisional e a infância e juventude, mas sua atuação ainda é muito voltada para testes e laudos técnicos. Isso pode limitar o olhar para a complexidade emocional e subjetiva das pessoas atendidas.

Diante disso, destaca-se a necessidade de uma formação mais ampla para os psicólogos jurídicos, que inclua não apenas técnicas avaliativas, mas também conhecimentos sobre Direitos Humanos, Psicologia Social e diferentes formas de compreender a realidade.

Mais do que aplicar instrumentos, é essencial desenvolver uma escuta sensível e empática. O psicólogo jurídico deve equilibrar saber técnico com acolhimento humano, tornando-se um agente capaz de promover transformações sociais e contribuir para decisões judiciais mais justas e significativas.

REFERÊNCIAS

DOS SANTOS, Alice Oliveira Silva; DOS SANTOS, Luiza Rodrigues; CASTELAR, Marilda. Relato de experiência de uma imersão no campo da Psicologia Jurídica. Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, v. 14, n. 1, p. 70-88, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3373/337370045005/>.

FÜHR, Eliane Alice. Direito e psicanálise: fundamentos para uma nova leitura do ensino jurídico brasileiro a partir de uma abordagem interdisciplinar. 2022. 126 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2022. Disponível em: https://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/12458/Eliane%20Alice%20F%C3%BChr_PROTEGIDO.pdf?sequence=1&isAllowed=y.